

## **Contribuinte: PETROBRÁS**

### **Plataforma de Consulta Pública da Consultoria Técnico-Legislativa (CTL)**

A Petrobras manifesta o apoio a mais uma iniciativa da SEDE com a finalidade de abertura do Mercado de Gás Natural no Estado de Minas Gerais, através da Consulta Pública 18/2020, mas considera que são necessários ajustes mais amplos na regulação vigente para garantir a competitividade do Gás Natural. A seguir, listamos algumas demandas que consideramos essenciais para o desenvolvimento do Mercado Livre em Minas Gerais.

Sobre a Comercialização de Gás Natural: A Lei do Gás define “Comercialização de Gás Natural” como “atividade de compra e venda de gás natural, realizada por meio da celebração de contratos negociados entre as partes e registrados na ANP, ressalvado o disposto no § 2º do art. 25 da Constituição Federal” (art. 2º, VIII), estabelecendo, assim, a competência da União na regulação dessa atividade, cabendo aos Estados apenas definir o enquadramento de um consumidor final como Consumidor Livre e as tarifas referentes à prestação do serviço local de gás canalizado.

Desse modo, a instituição de normatização para Comercialização também na esfera estadual cria um conflito entre o regulador estadual e a ANP, com estabelecimento de uma dupla regulação que poder gerar distorções e contradições, além de criar uma burocracia redundante que complica o ambiente de negócios e pode retardar o desenvolvimento do mercado livre.

Tal redundância fica evidente na necessidade de obtenção de autorização para o exercício da atividade nas duas esferas (federal e estadual) e na obrigação de envio de contratos de compra e venda de gás à ANP e ao órgão regulador estadual. Pelos motivos expostos, a Petrobras considera que a atividade de comercialização deve ser autorizada e fiscalizada somente pela ANP, caso contrário, um Comercializador com operações em diversos estados estará sujeito a ser fiscalizado por cada um desses estados, o que tornará a sua operação extremamente ineficiente e certamente inibirá o desenvolvimento do mercado livre.

Assim, sugerimos abaixo uma modificação da definição de Comercializador contida no Artigo 2º da Resolução SEDE 17 de 2013, além da revogação da Resolução SEDE 18 de 2013: VIII -COMERCIALIZADOR: agente que exerce atividade de compra e venda de gás natural, autorizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Sobre os Ramais Dedicados: Mais uma vez com o intuito de conferir competitividade ao Gás Natural, a Petrobras entende que é fundamental que os consumidores livres, além dos autoprodutores e autoimportadores, quando atendidos por ramal dedicado caracterizado como serviço local de gás canalizado, independente do responsável pela construção ou financiamento do ramal, tenham direito à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição Específica (TUSD-E) que deve ser calculada com base no investimento, quando realizado pela Distribuidora, e na parcela dos custos de operação e manutenção específicos do ramal

dedicado, em observância aos princípios da razoabilidade, transparência, publicidade e às especificidades de cada instalação, conforme definição trazida pelo artigo 46 da Lei do Gás, reproduzido a seguir.

Art. 46. O consumidor livre, o autoprodutor ou o auto-importador cujas necessidades de movimentação de gás natural não possam ser atendidas pela distribuidora estadual poderão construir e implantar, diretamente, instalações e dutos para o seu uso específico, mediante celebração de contrato que atribua à distribuidora estadual a sua operação e manutenção, devendo as instalações e dutos ser incorporados ao patrimônio estadual mediante declaração de utilidade pública e justa e prévia indenização, quando de sua total utilização.

§ 1º As tarifas de operação e manutenção das instalações serão estabelecidas pelo órgão regulador estadual em observância aos princípios da razoabilidade, transparência, publicidade e às especificidades de cada instalação.

§ 2º Caso as instalações e os dutos sejam construídos e implantados pelas distribuidoras estaduais, as tarifas estabelecidas pelo órgão regulador estadual considerarão os custos de investimento, operação e manutenção, em observância aos princípios da razoabilidade, transparência, publicidade e às especificidades de cada instalação.

§ 3º Caso as instalações de distribuição sejam construídas pelo consumidor livre, pelo autoprodutor ou pelo auto-importador, na forma prevista no caput deste artigo, a distribuidora estadual poderá solicitar-lhes que as instalações sejam dimensionadas de forma a viabilizar o atendimento a outros usuários, negociando com o consumidor livre, o autoprodutor ou o auto-importador as contrapartidas necessárias, sob a arbitragem do órgão regulador estadual.

Desse modo, sugerimos a inclusão das seguintes definições no Artigo 2º da Resolução SEDE 17/2011:

RAMAL DEDICADO: aquele utilizado para abastecer, especificamente, Agente Livre diretamente conectado ao transportador, UPGN, terminal de GNL, ou a outras fontes de suprimento, devidamente autorizadas pela ANP, desde que não interligado à malha física da Distribuidora;

TARIFA DE USO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO EXCLUSIVA (TUSD-E): tarifa cobrada pela concessionária referente à prestação do serviço de distribuição em Gasodutos Dedicados;

Obrigatoriedade de Realização de Leilões para Contratação de GN pela Concessionária: Por fim, para garantir a transparência no processo de aquisição de GN, a segurança no suprimento do mercado da Concessionária e a modicidade tarifária, a Petrobras sugere a implementação, pela distribuidora, de um processo público, na modalidade de leilão, para aquisição do gás natural para fornecimento aos consumidores cativos, que permita a concorrência entre os diversos fornecedores (produtores, importadores e comercializadores).

Desde já a Petrobras agradece a atenção e se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos.